

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JUSTIÇA REPRODUTIVA NOS EUA:
O IMPACTO DO SEGUNDO MANDATO DO GOVERNO TRUMP

BEATRIZ RIBEIRO MOURA

UBERLÂNDIA
2026

BEATRIZ RIBEIRO MOURA

**JUSTIÇA REPRODUTIVA NOS EUA:
O IMPACTO DO SEGUNDO MANDATO DO GOVERNO TRUMP**

Projeto de mestrado apresentado ao curso de
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Dra Débora Figueiredo Mendonça
do Prado

UBERLÂNDIA - MG
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M929
2026 Moura, Beatriz Ribeiro, 2003-
justiça reprodutiva nos eua [recurso eletrônico] : o impacto do
segundo mandato do governo trump / Beatriz Ribeiro Moura. -
2026.

Orientadora: Débora Figueiredo Mendonça do Prado.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Prado, Débora Figueiredo
Mendonça do, 1983-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

BEATRIZ RIBEIRO MOURA

**JUSTIÇA REPRODUTIVA NOS EUA:
O IMPACTO DO SEGUNDO MANDATO DO GOVERNO TRUMP**

Projeto de mestrado apresentado ao curso de
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 4 de março de 2026.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Débora Figueiredo Mendonça do Prado – Orientador (UFU)

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (UFU)

Ms. Isabella Fernandes Moreira Fontaniello (UNICAMP)

RESUMO

Como uma abordagem construtiva que conecta elementos como sexualidade, saúde e direitos humanos, a justiça reprodutiva surge como uma luta social e uma forma de resistência; distinguindo-se do enfoque tradicional dos direitos reprodutivos, historicamente centrado na garantia legal do acesso a contracepção e aborto. Todavia, nos Estados Unidos, o avanço do movimento de Justiça Reprodutiva enfrenta riscos significativos diante da radicalização das restrições relacionadas à reprodução promovidas pelo segundo mandato do Governo de Donald Trump. Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa se propõe analisar de que maneira a ascensão da extrema direita norte-americana, especialmente durante o segundo mandato de Trump, representa um ataque sistemático aos direitos reprodutivos das mulheres, por meio da negação de sua autonomia corporal e da restrição de seus direitos. O estudo busca compreender os discursos conservadores e as articulações do Trumpismo no campo reprodutivo, bem como explicar os conceitos centrais de justiça reprodutiva e as características do atual governo norte-americano que contribuem para a erosão de direitos relacionados à reprodução e autonomia feminina. Metodologicamente, essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada em uma revisão bibliográfica interdisciplinar e uma análise documental de políticas públicas, instituições e relatórios especializados, além de uma breve comparação entre o primeiro e o segundo mandato de Trump a fim de identificar o grau de radicalização de suas políticas reprodutivas. Dessa maneira, essa pesquisa busca contribuir para o campo de Relações Internacionais ao evidenciar como governos de extrema-direita podem promover processos de erosão democrática ao reconfigurar políticas públicas e agendas globais de direitos humanos e gênero.

Palavras-chave: Justiça Reprodutiva; Governo Trump; Extrema-direita; Conservadorismo; Direito das mulheres.

ABSTRACT

As a constructive approach that connects elements such as sexuality, health, and human rights, reproductive justice emerges as a social struggle and a form of resistance, distinguishing itself from the traditional reproductive rights framework, which has historically focused on the legal guarantee of access to contraception and abortion. However, in the United States, the advancement of the reproductive justice movement faces significant risks in light of the radicalization of reproductive restrictions promoted by the current Trump administration. In this context, this research seeks to analyze how the rise of the far right in the United States, particularly during Trump's second term, represents a systematic attack on women's reproductive rights through the denial of bodily autonomy and the restriction of their rights. The study aims to understand conservative discourses and the articulations of Trumpism within the reproductive field, as well as to explain the core concepts of reproductive justice and the characteristics of the current U.S. government that contribute to the erosion of rights related to reproduction and female autonomy. Methodologically, this research adopts a qualitative approach, grounded in an interdisciplinary literature review and a documentary analysis of public policies, institutions, and specialized reports, in addition to a brief comparison between Trump's first and second terms in order to identify the degree of radicalization of his reproductive policies. In this way, the research seeks to contribute to the field of International Relations by highlighting how far-right governments can promote processes of democratic erosion by reshaping public policies and global agendas on human rights and gender.

Keywords: Reproductive Justice; Trump Administration; Far Right; Conservatism; Women's Rights.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A justiça reprodutiva é uma abordagem construtiva que conecta sexualidade, saúde e direitos humanos com as lutas por justiça social. Diferentemente do enfoque tradicional dos direitos reprodutivos, centrados na garantia legal do acesso a serviços como contracepção e aborto, a justiça reprodutiva insere os cuidados com a saúde reprodutiva em um panorama mais amplo, que considera o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde de mulheres em famílias e em comunidades. Essa perspectiva valoriza a integração dos indivíduos e dá visibilidade às comunidades historicamente marginalizadas, destacando que para além de uma escolha individual, o direito de ter ou não ter filhos depende de fatores estruturais como raça, classe social e gênero (Biroli, 2013; Lopes, 2022). Sendo assim, o direito à reprodução é compreendido como algo indissociável da dignidade humana, autonomia corporal e bem-estar coletivo; enfatizando a necessidade de garantir condições materiais e reais para o exercício de sua própria autonomia (Trust Black Women, 2006).

Nos Estados Unidos, entretanto, o avanço dos movimentos de Justiça Reprodutiva enfrenta riscos significativos em um cenário de radicalização das restrições promovidas através do governo conservador e autoritário de Trump. O debate reprodutivo no país sempre presenciou características fragmentadas, e após a revogação da *Roe v. Wade*¹ em 2022 pela Suprema Corte, observou-se um aprofundamento significativo do desmantelamento no debate sobre os direitos reprodutivos e regulação do corpo feminino. Embora essa decisão tenha ocorrido fora do mandato de Trump, ela foi amplamente influenciada pelas políticas e transformações institucionais de seu primeiro mandato (2017-2021), especialmente através de nomeações estratégicas conservadoras que reconfiguraram o cenário jurídico em torno do direito ao aborto. Esse processo evidencia a radicalização da política extremista e sua operação direta sobre as políticas reprodutivas, utilizando-as como instrumento de controle da reprodução e do corpo feminino (Lago, 2025).

A ascensão de Trump à presidência em 2017 já representava um ponto de intensificação nesse cenário, pois impulsionou políticas conservadoras e articulou morais cristãs e o autoritarismo político no campo reprodutivo, de gênero e de saúde. Como aponta Vidal (2013, p.291) o conservadorismo norte-americano possui raízes profundas e “busca uma

¹ O princípio central da decisão *Roe vs. Wade* determina que os estados não podem proibir o aborto antes da viabilidade, ou seja, quando o feto é potencialmente capaz de viver fora do útero da mãe, o que ocorre por volta das 24 semanas de gestação. Até esse ponto, a mulher tem o direito de interromper a gravidez (*Roe v. Wade*, 410 U.S. 113 - 1973).

ampla defesa da nação sob um viés pragmático contra países e regimes que "ameaçam" a soberania e os valores norte-americanos". Com o *Trumpismo*, esse conservadorismo foi intensificado e reformulado, aprofundando a distância entre a direita tradicional e extrema-direita, visto que esta última se orienta por um projeto de redefinição moral da nação, no qual o controle da sexualidade e da reprodução assume papel estratégico (Casarões; Magalhães, 2020; Guimarães, 2022).

Conforme Prado et al (2023), esse processo contribuiu diretamente para o bloqueio e retrocesso de políticas de saúde sexual e reprodutiva, já que a fragmentação da proteção constitucional ao aborto, consolidada com a derrubada da *Roe v. Wade*, permitiu medidas ainda mais restritivas e fortaleceu a ideia de que os direitos reprodutivos são meramente negociáveis, e por esse motivo podem ser sujeitos a um disciplinamento. O retorno de Donald Trump à presidência em 2025 aprofundou ainda mais essa dinâmica ao revogar as políticas implementadas pelo governo anterior de Joe Biden, e recolocar as pautas de gênero e sexualidade em posições de destaque, transformando-as em alvos prioritários de seus projetos conservadores (Obermuller; Scapini; Inatomi, 2022).

Nesse contexto, cortes financeiros em programas de assistências reprodutivas, como é o caso do *Title X* e *Medicaid*, que forneciam serviços dedicados à contracepção e prevenção de doenças (Nolen, 2025), bem como nomeações estratégicas federais, como *Robert F. Kennedy Jr*, atual líder do Departamento de Saúde que consolidaram um ambiente institucional propício a essas políticas restritivas (Pecequillo, 2017; Binatti, 2023; Vidal, 2013) associando temas como os direitos reprodutivos e sexualidade não apenas ao debate moral, mas também com a reafirmação de uma hegemonia cristã e patriarcal centrada no controle do corpo feminino (Wendling, 2024). Além disso, medidas como a restauração da Política do México, que proíbe o financiamento de organizações internacionais que oferecem apoio ao aborto, e a implementação da Ordem Executiva N° 14168², que redefiniu o sexo como algo exclusivamente com bases em características biológicas, exemplificam bem o alcance nacional e transnacional dessas diretrizes (Lago, 2025) (Trump, 2025).

Paralelamente, a mobilização de discursos pró-vida, bem como a eliminação de termos como "saúde reprodutiva", "direitos reprodutivos", e "aborto" do discurso político, transformou-o em uma mera estratégia de poder que busca subordinar o corpo feminino a

² No primeiros dias de seu mandato, o presidente Donald Trump assinou o **Executive Order 14182 – "Enforcing the Hyde Amendment"**, que revoga duas ordens executivas do governo anterior (EO 14076 e EO 14079) e reafirma a proibição de uso de recursos federais para promover ou financiar abortos eletivos, em consonância com a emenda Hyde histórica¹. Esse ato operacionaliza em nível executivo a retórica "pró-vida", convertendo-a em política de Estado (The White House, 2025).

valores religiosos e morais, e que transforma a discussão reprodutiva em uma ferramenta simbólica de disputa sobre identidade e soberania nacional (Brown, 2019, Teixeira et al, 2024). Transformado em uma estratégia política de controle social, o corpo feminino e consequentemente os direitos reprodutivos deixam de ser limitados a uma questão de saúde ou moralidade pois, ao presenciarem um processo de negação da autonomia corporal e autodeterminação reprodutiva, reforçam hierarquias sociais e reproduzem desigualdades históricas, configurando-se como um processo de potenciais impactos estruturais que compromete os princípios democráticos (Guimarães, 2025).

Nesse contexto, o controle da reprodução não pode ser compreendido apenas como uma questão moral ou individual, mas como dimensão histórica da regulação do corpo feminino e do controle sobre suas escolhas (Ross, 2017). Essa dinâmica se expressa particularmente intensa no segundo mandato do Governo Trump (2025-presente). Assim, a escolha por analisar a justiça reprodutiva a partir da ascensão da extrema direita nos Estados Unidos se justifica pela centralidade que os direitos reprodutivos assumiram nas disputas políticas contemporâneas, especialmente em contextos marcados por retrocessos democráticos, autoritarismo moral e ofensivas antifeministas (Hooks, 2018). A eleição e posterior reeleição de Donald Trump, bem como o fortalecimento de uma agenda ultraconservadora no país, não apenas impactaram diretamente a vida reprodutiva das mulheres estadunidenses, mas também se inserem em uma reconfiguração mais ampla das agendas de direita globais e da geopolítica dos direitos humanos na atualidade.

Sob a perspectiva das Relações Internacionais, a ameaça aos direitos reprodutivos não deve ser compreendida apenas como um fenômeno doméstico ou de saúde pública, e sim como um assunto presente nas dinâmicas globais. Medidas aplicadas nos Estados Unidos desde os primeiros dias do Governo Trump, como a Global Gag Rule, que levou a cortes de financiamento a organizações internacionais e a restrição de acesso a insumos contraceptivos, evidenciam a agenda ultraconservadora de Donald Trump e os impactos de seu governo de extrema-direita nas políticas globais de direitos humanos e gênero (Center for Reproductive Rights, 2025). Ao dedicar-se ao estudo do segundo mandato de Donald Trump, especialmente em seu primeiro ano de governo (2025), o presente projeto de pesquisa busca preencher lacunas ainda presentes na literatura de Relações Internacionais e compreender, através da análise da presença da extrema-direita estadunidense e do seu conservadorismo na justiça reprodutiva, as radicalizações de medidas políticas para o controle do corpo feminino e como elas contribuem para uma erosão democrática e uma reconfiguração autoritária no contexto do segundo mandato de governo de Donald Trump.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar de que maneira a ascensão da extrema direita nos Estados Unidos, especialmente durante o segundo mandato de Donald Trump (2025-presente) representa um ataque estrutural aos direitos reprodutivos das mulheres, compreendido como a adoção de medidas políticas, institucionais, jurídicas e orçamentárias que desestruturam mecanismos de proteção à autonomia reprodutiva. Entre tais medidas destaca-se a retirada ou corte de financiamento de programas de saúde reprodutiva, como o *Medicaid* e o *Title X*, bem como iniciativas que restrinjam o acesso a métodos contraceptivos e ao aborto (National Women's Law Center, 2025), frequentemente articuladas no discurso político do atual presidente. A análise das políticas reprodutivas busca incluir uma breve contextualização do primeiro mandato do Governo Trump (2017-2021), mas concentra sua atenção no primeiro ano de seu segundo mandato (2025-presente), examinando as diretrizes, instituições e ordens executivas que estruturam a política reprodutiva norte-americana e reconfiguram os recursos de regulação estatal sobre a reprodução e o corpo feminino.

2.2 Objetivos Específicos

- Resgatar a trajetória histórica e política do conceito de justiça reprodutiva;
- Compreender de que maneira o corpo feminino pode se caracterizar como espaço de poder e regulação em contextos de governos autoritários.
- Examinar os fundamentos ideológicos de extrema direita norte-americana e seus impactos sobre a autonomia reprodutiva das mulheres.
- Realizar uma análise comparativa breve entre o primeiro e o segundo mandato do Governo Trump, a fim de identificar continuidades e radicalização de suas políticas reprodutivas.
- Desenvolver uma análise documental sobre o segundo mandato do governo Trump, especialmente suas políticas públicas e legislações implementadas relacionadas à saúde sexual e a reprodução.
- Refletir sobre os efeitos dessa ofensiva dentro dos EUA e no sistema internacional.

3. PROBLEMÁTICA E HIPÓTESE

A problemática dessa pesquisa parte da constatação de que o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2025 consolidou um projeto político de orientação conservadora, nacionalista e autoritária, no qual os direitos reprodutivos das mulheres passaram a ser uma questão central em seu governo, ocupando um lugar de disputa política sobre o controle dos corpos femininos. Mais do que medidas isoladas, o segundo mandato de Trump evidencia a institucionalização de uma agenda conservadora que utiliza do controle da reprodução feminina como um instrumento de reafirmação de valores religiosos e patriarcais. Nesse contexto, a política reprodutiva deixa de ser tratada como uma questão de saúde pública e direitos humanos e passa a se tornar um campo de disputas de poder simbólico e político, tornando o corpo feminino sujeito às decisões estatais, desconsiderando suas próprias escolhas e a autonomia da mulher (Federici, 2021).

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à questão: “De que maneira a ascensão da extrema direita norte-americana tem representado um ataque aos direitos reprodutivos das mulheres, ao restringir sua autonomia corporal através de políticas, discursos e arranjos institucionais?” Ademais, também busca-se compreender de que forma o segundo mandato do Governo Trump fortaleceu tais medidas políticas no campo da reprodução.

Esse estudo parte da hipótese inicial de que o debate sobre a justiça reprodutiva têm sido alvo de ofensivas sistemáticas por parte de movimentos conservadores e da extrema direita nos Estados Unidos, através da dominação e contenção desses direitos. A ascensão do Trumpismo, com sua retórica populista, autoritária e moralista representa um ataque sistemático à justiça reprodutiva não apenas por meio de políticas restritivas ao aborto, mas também através da limitação ao acesso a métodos contraceptivos e do desmonte de instituições e marcos legais que asseguram os direitos reprodutivos das mulheres (Guimarães, 2025). Esse movimento reflete a interseção entre uma agenda conservadora e o uso estratégico do aparato estatal para consolidar retrocessos nesses direitos, impactando desproporcionalmente grupos vulneráveis, como mulheres de baixa renda e minorias raciais (Biroli, 2013). Ao reforçar estruturas patriarcais e excludentes, tais políticas configuram uma ameaça aos direitos humanos, por ancorar suas agendas e seus discursos em pautas negacionistas e autoritárias (Pantony, 2024).

4. FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

O conceito de Justiça Reprodutiva, segundo Ross (2017), surge da necessidade de ampliar os limites do debate tradicional de pró-escolha³ e pró-vida⁴ predominante nos EUA, incorporando as experiências antes desconsideradas de mulheres negras, indígenas e de outras comunidades racializadas. Diferentemente do discurso neoliberal do pró-escolha, centrado na autonomia individual e no direito a privacidade, a Justiça Reprodutiva se ancora nas teorias feministas negras e no paradigma global de direitos humanos, afim de dismantelar a supremacia branca e outras formas de dominação, que historicamente moldaram as vidas reprodutivas. Sendo assim, ao contrário de demais paradigmas universalistas, as criadoras do conceito de Justiça Reprodutiva representavam comunidades com poucas escolhas reais, como uma forma de reposicionar a autonomia e autodeterminação das mulheres nos padrões internacionais de direitos humanos, em vez de conceitos constitucionalmente limitados de direitos individuais e privacidade dos EUA. A Justiça Reprodutiva então possui três princípios centrais: o direito de ter filhos; o direito de não ter filhos, incluindo acesso a contracepção e aborto; e o direito de criar os filhos em ambientes seguros e saudáveis (Ross, 2017; Trust Black Women, 2006).

Através dos conceitos que moldam a Justiça Reprodutiva é possível reconhecer de que maneira o controle reprodutivo sempre esteve ligado à regulação do corpo feminino como forma de manipulação sobre suas escolhas. Foucault (2014) apresenta o conceito de biopoder como forma de exercício do poder moderno voltado à gestão da vida, evidenciando como a sexualidade tornou-se objeto de saber e, conseqüentemente, de regulação. Nesse contexto, o corpo da mulher, especialmente o corpo reprodutivo, foi submetido a vigilância, disciplinamento e normatização por instituições como a medicina, o direito e a religião. Concebido como saturado de sexualidade, o corpo feminino foi integrado às práticas médicas e vinculado organicamente à estrutura social, ao espaço familiar e à vida das crianças. Dessa forma, o controle da reprodução deixou de se restringir a uma questão moral ou individual, e passou a configurar uma tecnologia de poder inscrita nas relações políticas e sociais que aumentam sua subordinação.

A noção de biopoder de Foucault oferece uma base analítica para compreender o que

³ O movimento pró-escolha defende o direito individual de cada pessoa sobre seu próprio corpo, nesse caso acreditando que todos devem ter direito de decidir se desejam ou não ter filhos e quando tê-los (Planned Parenthood, 2024).

⁴ O conceito pro-choice (pro-vida) se diferencia do conceito de pro-escolha, pois o mesmo se refere á pessoas que desejam que o aborto seja ilegal e inacessível (Planned Parenthood, 2024).

Federici (2021) define como a subordinação histórica do corpo feminino no capitalismo, pois elementos como a medicalização e patologização do corpo das mulheres também se tornaram instrumentos para reforçar a sua subordinação. Nesse sentido, a autora analisa como o corpo das mulheres constituiu, historicamente, um dos principais alvos do patriarcado e do capitalismo, sobretudo durante a transição para o sistema capitalista e o processo de acumulação primitiva. Nesse período, a autonomia reprodutiva e social das mulheres foi degradada e controlada, transformando seus corpos em instrumentos de reprodução da força de trabalho e de acumulação de capital.

Um elemento central desse processo foi a destruição do controle feminino sobre a sua própria reprodução e sexualidade. A caça às bruxas, que se caracterizou como um fenômeno de perseguição como iniciativa política e execução em massa, buscava formas de destruir o controle que as mulheres exerciam sobre sua própria função reprodutiva. Reforçada pela autora, a caça exemplifica o esforço sistemático de eliminar práticas de autonomia das mulheres sobre seus corpos, tais como o uso de métodos contraceptivos, abortivos e terapias naturais. Criminalizadas a partir do século XVI, tais práticas foram substituídas pela imposição da maternidade como uma obrigação política e social. O útero feminino passou assim, a ser controlado pelo Estado e pelos homens, em um processo de “escravização à procriação” que posteriormente pode ser comparado à exploração das mulheres negras escravizadas nas colônias (Federici, 2021).

Dialogando com essa abordagem, o conceito de poder e regulamento do corpo feminino é juntamente expandido por Ginsburg e Rapp (1995) que reúnem estudos etnográficos demonstrando como a reprodução está no centro de disputas globais por poder, identidade, e cidadania. As autoras estudam como o Estado e o mercado mobilizam políticas reprodutivas de forma desigual, em vez de tratar o debate sobre aborto ou fertilidade como uma questão universal, mostrando que a reprodução é vivida de maneira radicalmente distinta conforme os contextos sociais. Essa abordagem é particularmente útil para entender como, nos EUA, a ascensão da extrema direita busca controlar esses corpos específicos por meio da criminalização do aborto, cortes em programas de saúde pública, e fortalecimento de discursos pró-família tradicional.

Entende-se então que o corpo é o espaço onde as relações de poder se materializam, e é no campo político e econômico que essas relações passam a ser institucionalizadas. O avanço de políticas específicas como aquelas voltadas a projetos neoliberais e conservadores, nas últimas décadas nos Estados Unidos, intensificou diversos mecanismos de controle sobre os corpos e sexualidades, especialmente das mulheres, abrindo caminho para o fortalecimento

da extrema direita e inserção de seus ideais como forma de obter tal controle sobre a autonomia feminina (Brown, 2019).

Sendo assim, a ascensão da extrema direita contemporânea tem sido analisada na literatura como um fenômeno marcado pela convergência entre conservadorismo moral, nacionalismo e rejeição a agendas democráticas e multilaterais. Paxton (2007) observa que regimes autoritários e movimentos de direita radical tendem a se estruturar a partir da mobilização emocional, do apelo a valores tradicionais e da construção de inimigos internos e externos, elementos que contribuem para a erosão gradual das instituições democráticas, não de forma abrupta, mas sim de maneira gradual através da normalização de discursos excludentes.

É nesse cenário que o Trumpismo se consolida como uma expressão pragmática da extrema direita contemporânea nos Estados Unidos. O projeto político por tais convergências permite ao Estado ser um instrumento de reorganização de normas sociais. Guimarães e Silva (2021) complementam essa narrativa ao desenvolverem o conceito de “identidade conservadora densa”, definida como um conjunto de identidades conservadoras mobilizadas por líderes de extrema direita e que atuam em distintos cenários políticos através da mobilização de retóricas de identidade ultra-conservadoras que são utilizadas como moldes de suas políticas públicas e alinhamentos internacionais. Segundo os autores, essa identidade se articula em torno de 3 concepções principais e inter relacionadas de papel nacional:

[...] (1) um papel antiglobalista, composto por narrativas em oposição às instituições internacionais; (2) um papel nacionalista, composto por narrativas pró-soberania; e (3) um papel anti-inimigo, composto por narrativas de amigo/inimigo (Guimarães; Silva, 2021, p.345).

As identidades desenvolvidas pelos autores nos permitem compreender como líderes populistas de extrema direita tendem a argumentar que as organizações internacionais e agendas voltadas aos direitos humanos representam uma conspiração globalista e multiculturalista que mina as propensões e aspirações “naturais” do povo e ameaçam a identidade nacional, e como tais características são observadas no atual governo Trump (Guimarães; Silva, 2021). Essa discussão se articula diretamente com o que Brown (2019) define como convergência entre o neoliberalismo e o conservadorismo, que se unem a fim de restringir direitos e dismantelar proteções democráticas e sociais. Para a autora, os ideais neoliberais de liberdade “[...] inspiram e legitimam a extrema direita” (Brown, 2019, p.10). Nesse sentido, o projeto de hegemonia desses movimentos reafirma conceitos de hegemonia branca, masculina e cristã como fundamentos de sua ordem moral. Brown ainda destaca:

O ataque neoliberal ao social, [...], é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constroi a legítima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima. (Brown, 2019, p.39).

Essa dinâmica se aprofunda quando o conservadorismo moral passa a estruturar não somente discursos eleitorais, mas políticas públicas e decisões administrativas. Barbosa Jr. e Casarões (2022) enfatizam a interseção entre populismo de direita radical e nacionalismo religioso, destacando que narrativas moralistas e conservadoras são mobilizadas como instrumentos de captura institucional e sustentação do poder político. Segundo os autores, a moral cristã e a defesa da família tradicional deixam de operar apenas como elementos retóricos e passam a estruturar políticas públicas, decisões administrativas e reformas institucionais, contribuindo para o enfraquecimento de agendas de direitos.

A partir dessa perspectiva, o controle da reprodução emerge como um elemento de controle institucional central no projeto político de Trump, fortalecido principalmente em 2025 através de seu segundo mandato. Puar (2007) argumenta como a linha tênue de exclusão de alguns sujeitos depende da produção de populações de corpos terroristas originalizados. A autora cita como ideologias heteronormativas nos quais os EUA se baseiam por muito tempo contribuem para implementar ideologias homonormativas que replicam ideias raciais, de classe, e de gênero. Sendo assim, elementos como a reprodução e a sexualidade passam a criar sistemas complexos de controle da reprodução e da sexualidade, em vez de existirem como fenômenos isolados.

O *Trumpismo* insere-se nesse cenário ao instrumentalizar a moralidade tradicional como mecanismo de contenção de reivindicações democráticas, particularmente no que refere ao caso da garantia de liberdade reprodutiva das mulheres. O desmantelamento de agendas feministas e movimentos de justiça ligados à reprodução, fragmenta lutas e deixa lacunas para que a extrema direita capture o debate moral dessas discussões. Então, sob a influência de projetos neoliberais, o controle dos corpos e da sexualidade se dá não apenas por meio de leis explícitas, mas também através de uma reinterpretação de direitos já pré estabelecidos, da promoção de moralidades tradicionais, e da gestão biopolítica da vida e da morte (Brown, 2019).

Como apontado por Kuhner (2020) as retóricas e práticas do presidente Donald Trump em relação às mulheres se inserem em um quadro mais amplo de depravação moral e de culto à riqueza, no qual sua conduta privada e pública se revelam intrinsecamente conectadas. Nesse caso, a narrativa feminina passa a mobilizar a raiva masculina como arma política, enfatizando o medo da emasculação, principalmente diante da possibilidade de liderança

feminina, como no caso de Hillary Clinton em 2016 e no caso recente de Kamala Harris em 2024. A trajetória de Trump na política estadunidense é desde sempre marcada pelo comportamento sexual impróprio através da objetificação sistemática das mulheres, hostilidade aberta contra opositores, e a manifestação de insultos sobre aparência ou em insinuações de caráter sexual, mostrando-se parte de uma estratégia deliberada de deslegitimação pela via da misoginia (Kuhner, 2020). O posicionamento conservador desse governo compreende as pautas reprodutivas de modo imoral, alegando que seus apontamentos são reflexos de pessoas alheias ao que está escrito na Constituição Americana (Vidal, 2013). Esses discursos se mostraram armas em ambas eleições, entretanto alcançaram um grau maior de radicalização na última, a fim de convencer seus eleitores; e normalizar discursos violentos sobre as mulheres, os transformando em base de sustentação política e causando a erosão de diversos direitos, principalmente aqueles associados à autonomia reprodutiva.

Esses elementos dialogam diretamente com as dinâmicas apresentadas por Weiser (2018) acerca das relações entre o feminismo popular e misoginia popular. Segundo a autora, o entrelaçamento entre injúria, capacidade e confiança constitui a lógica central das disputas contemporâneas sobre gênero. Ambos passam então a se estruturar dentro da lógica neoliberal e de sua economia da visibilidade, que desloca questões estruturais para a esfera do indivíduo e transforma a confiança em mercadoria.

A misoginia popular espelha e distorce as lógicas do feminismo popular ao reposicionar os homens, em especial brancos heterossexuais, como sujeitos da verdadeira injúria, representada pela alegada perda de sua superioridade natural diante do excesso de confiança das mulheres. Essa dinâmica revela a confiança como recurso disputado onde o ganho feminino é interpretado como perda masculina, legitimando as reações violentas e reacionárias. Assim, enquanto o feminismo popular alcança visibilidade espetacular, embora apresentando limitações pelo enquadramento neoliberal, a misoginia popular implementada nesse contexto pelo presidente Donald Trump mobiliza o mesmo vocabulário para justificar o controle de corpos femininos e a defesa do poder patriarcal, seja ele no espaço digital ou na vida social (Weiser, 2018).

A radicalização dessa retórica, especialmente em 2024/2025 consolidou um ambiente político em que a violência simbólica contra as mulheres se tornou não apenas normalizada, mas institucionalizada. Suas promoções em campanha prometendo transformar “A América grande novamente” permitem a entrada para uma restauração da masculinidade ameaçada por mudanças sociais e econômicas vista como uma postura reinterpretada por parte significativa

dos eleitores como sinal de autenticidade (Kuhner, 2020). Nesse sentido, posicionamentos nacionais em relação aos direitos reprodutivos e a saúde da mulher moderna juntamente com discursos chamados de “pró-vida” associa os direitos reprodutivos á uma perda de valores americanos.

Ações como a revogação da *Roe v. Wade*, que deslocou o poder regulatório dos estados para esfera federal estabelecendo novas diretrizes relacionadas ao direito ao aborto (*Roe v. Wade*, 410 U.S. 113 - 1973), se configuram como o início de políticas regulatórias do corpo feminino, escancarando como a política reprodutiva passou a ser um dos maiores alvos da política conservadora americana (Obermuller; Scapini; Inatomi, 2022). O governo Trump também passou a oferecer apoio político e jurídico a Estados que se comprometeram a aprovar as legislações restritivas, como criminalização de médicos e pacientes; bem como o congelamento de fundos federais destinados ao Title X⁵ que buscava subsidiar planejamento familiar, contracepção, exames preventivos e outros serviços destinados às comunidades de baixa renda (Center for Reproductive Rights, 2025). Demais departamentos de saúde também suspenderam o repasse de milhões de dólares destinados a programas de prevenção da gravidez em alguns estados, (National Women’s Law Center, 2025) bem como o encerramento de ajuda financeira para a UNFPA ⁶ que é o maior comprador de métodos contraceptivos do mundo, e oferece apoio para mulheres que residem em países em situações de vulnerabilidade e que contava com os EUA como seu maior financiador (Guttmacher Institute, 2025; Nolen, 2025).

Em um plano mais amplo os cortes orçamentários e as políticas reprodutivas do governo Trump possuem um efeito paradoxal; pois a redução de métodos de contracepção, juntamente com a falta de comunicação sobre o acesso a saúde sexual eleva as taxas de gestações não planejadas, o que consequentemente eleva a procura por abortos (National Women’s Law Center, 2025).

A Regra da Mordça Global⁷ restabelecida por Trump reforça esse padrão ao restringir o

⁵ O *Title X* é um programa federal criado em 1970, durante o governo Nixon, que financia serviços de planejamento familiar e saúde reprodutiva para populações de baixa renda. Seu objetivo é garantir acesso a métodos contraceptivos e educação sexual, sendo historicamente um dos principais instrumentos de política pública reprodutiva nos Estados Unidos (Congress GOV, 2025).

⁶ Sigla para United Nation Population Fund - agência da ONU para saúde sexual e reprodutiva que trabalha para defender os direitos de mulheres e meninas em mais de 150 países, oferecendo serviços como métodos contraceptivos e assistência médica (UNFPA).

⁷ A chamada “*Regra da Mordça Global*” (*Global Gag Rule*) foi implementada pela primeira vez em 1984, durante o governo de Ronald Reagan, proibindo organizações estrangeiras que recebem financiamento norte-americano de fornecer informações, encaminhamentos ou serviços de aborto, mesmo quando o procedimento é legal em seus países de origem (HRW, 2017).

trabalho de organizações não governamentais internacionais que recebem financiamento do governo dos Estados Unidos. Sendo assim, tal normativa impede que essas instituições utilizem recursos próprios para oferecer informações, encaminhamentos ou serviços relacionados ao aborto legal, acesso a saúde, bem como para promover o debate público ou a defesa do acesso a esse direito em seus respectivos países (The White House, 2025). Ao restringir a atuação e o discurso dessas entidades, a política compromete o acesso de mulheres e meninas a cuidados essenciais, enfraquece a autonomia reprodutiva e limita a disseminação de informações seguras sobre planejamento familiar. Consequentemente, o programa internacional de planejamento familiar dos Estados Unidos torna-se ineficaz, pois suas próprias diretrizes acabam por obstruir os objetivos de promoção da saúde e da equidade reprodutiva que deveria sustentar (National Women's Law Center, 2025).

Nussbaum (2000) propõe o *enfoque das capacidades*, uma teoria ética e política destacando que a autonomia corporal é condição para a dignidade humana. A autonomia reprodutiva é uma das capacidades fundamentais citadas pela autora, portanto, negar o acesso à saúde e à reprodução segura significa privar as mulheres de uma existência plena. A importância de colocar a felicidade das mulheres no centro do debate político é uma reflexão complementada por Filipovic (2017) que denuncia como as estruturas sociais e políticas dificultam a realização do prazer e da autonomia feminina⁸, subordinando seus corpos às expectativas patriarcais e neoliberais. A partir da leitura de autores como Weiser (2018) e Brown (2019), é possível compreender como, ao centralizar decisões executivas e orçamentárias em detrimento da legislação vigente, o presidente Donald Trump viola princípios fundamentais de direitos humanos; exemplificando como a misoginia pode se incorporar às estruturas estatais e nacionais, adquirindo legitimidade institucional, além de demonstrar que o controle do corpo feminino é um pilar central em seu projeto político.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e crítica, estruturada em três eixos principais: 1. Revisão teórica conceitual; 2. Análise comparativa do primeiro e segundo mandato de Trump, buscando destacar a radicalização de suas políticas no segundo; 3. Análise documental e normativa das políticas reprodutivas. Sendo o objetivo principal compreender como a ascensão da extrema-direita nos EUA, especialmente no segundo

⁸ Em sua obra, a autora também propõe um feminismo que articule prazer, liberdade e realização como metas legítimas da política. Em tempos de retrocesso, sua abordagem aponta para a urgência de um projeto de justiça reprodutiva que não seja apenas defensivo, mas afirmativo (Filipovic, 2017)

mandato de Trump (2025-presente), tem produzido um ataque estrutural aos direitos reprodutivos femininos, a partir do campo da justiça reprodutiva.

A primeira etapa da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, teórica e conceitual, voltada ao mapeamento da produção acadêmica e documental sobre o conceito de justiça reprodutiva, suas origens, motivações políticas e dimensões interseccionais. A seleção bibliográfica prioriza atualidade, relevância teórica, e diversidade de abordagens. Nesse sentido, são mobilizadas autoras como *Ross (2006)* e *Davis (2016)*, que fundamentam a justiça reprodutiva e resgatam sua trajetória enquanto projeto político e ferramenta analítica crítica. Paralelamente, incorpora-se a análises e discussões acerca do avanço da extrema-direita e do conservadorismo nos Estados Unidos a partir de autoras como *Vidal (2013)*, *Guimarães (2025)* e *Pantony (2024)*, que examinam o conservadorismo norte-americano e analisam o impacto do segundo mandato de Trump nas agendas reprodutivas. Já a noção de extrema-direita será mobilizada por autores como *Guimarães e Silva (2021)* e *Barbosa Jr. e Casarões (2022)*, compreendendo-a como um projeto político autoritário e moralizante, que articula nacionalismo e conservadorismo na restrição de direitos. Essas e outras contribuições permitem identificar as diretrizes conservadoras do Governo Trump e compreender os efeitos políticos e sociais de sua agenda moralista sobre a Justiça Reprodutiva.

Essa base teórica é complementada pelas contribuições analíticas de autores como *Foucault (2014)*, *Federici (2017)*, *Biroli (2013)*, e *Brown (2019)*, cujos trabalhos permitem compreender o corpo feminino como espaço de poder e disputa política. A partir dessas abordagens, analisa-se como que o controle da reprodução feminina é institucionalizado em projetos políticos conservadores, e utilizado como um instrumento de estratégia, através de corte em sistemas de saúde, criminalização do aborto e escassez de métodos anticoncepcionais; privando as mulheres se exercer escolha sobre seu proprio corpo.

Na segunda etapa, essa pesquisa adota uma análise comparativa e crítica breve entre o primeiro mandato de Donald Trump (2017-2021), tratado de forma contextual, e o início do segundo mandato (2025-presente) que constitui o foco da investigação. A comparação entre os dois mandatos tem como objetivo observar o grau de continuidade, ruptura e radicalização das políticas reprodutivas, e será realizada a partir de critérios como o tipo de política adotada, os instrumentos jurídicos mobilizados, e o alcance institucional de tais medidas sobre programas de saúde reprodutiva. Para isso, serão utilizados dados oficiais do governo norte-americano presentes em sites governamentais como *White House* e *Federal Register* para ordens executivas do primeiro e segundo mandato, bem como dados empíricos e análises

produzidas por instituições como *Kaiser Family Foundation (KFF)* e *Pew Research Center*. A mudança de políticas públicas de saúde bem como a polarização política entre as duas administrações permite compreender como as políticas conservadoras relacionadas à reprodução se expandiram e se radicalizaram de um mandato para o outro, e como em seu primeiro ano (2025) o presidente norte-americano tem instrumentalizado as políticas reprodutivas como um pilar político importante em seu governo, representando um retrocesso nas temáticas de igualdade de gênero, direitos gerais das mulheres e direitos reprodutivos.

Por fim, a terceira etapa consiste em uma análise documental e normativa das políticas reprodutivas implementadas no segundo mandato de Trump, examinando diretrizes oficiais, discursos públicos, ordens executivas, projetos de leis e as nomeações estratégicas. Para tal finalidade, serão selecionados documentos oficiais, relatórios e pesquisas publicados entre janeiro e dezembro de 2025 que apresentem impactos diretos ou indiretos sobre as políticas de reprodução, saúde sexual e acesso aos direitos reprodutivos, como é o caso dos cortes financeiros em programas como o Medicaid e Title X, a implementação da Regra da Mordança Global e a falta de apoio a projetos da UNFPA, entre outros. As fontes primárias incluem documentos oficiais do governo, comunicados de agências federais como o *Department of Health and Human Services* e o *State Department*, além de dados de organizações não governamentais especializadas como *Center for Reproductive Rights*, *Planned Parenthood*, *National Women's Law Center* e *Guttmacher Institute*. Como fontes secundárias contempla-se artigos acadêmicos, pesquisas e relatórios disponíveis em plataformas como *OPEU* (Observatório Político dos Estados Unidos) que relata a precariedade da vida das mulheres nos EUA e as novas estratégias políticas de Trump acerca da reprodução feminina, e por organizações internacionais como a *Human Rights Watch* que analisam os impactos domésticos e internacionais das políticas norte-americanas. Complementarmente, serão utilizadas reportagens de veículos de imprensa internacionais como CNN, The Guardian, BBC, New York Times e outros, a fim de contextualizar os impactos das políticas sobre o acesso à saúde reprodutiva, exclusão de grupos vulneráveis e cortes de financiamento.

Dessa forma, essa pesquisa busca através da combinação de uma revisão teórica, analítica e comparativa, juntamente com a análise empírica de políticas públicas e instrumentos institucionais compreender como o Governo Trump especialmente em seu segundo mandato, tem promovido retrocessos estruturais ao transformar sua política em um mecanismo de controle social, reproduzindo consigo dinâmicas históricas de dominação sobre o corpo feminino e o acesso aos direitos reprodutivos.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Tabela 1: Cronograma de atividades

Atividade	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Entrega do projeto	X			
Revisão da bibliografia	X	X		
Levantamento dos dados		X	X	
Redação do capítulo 1		X	X	
Redação do capítulo 2			X	
Redação do capítulo 3			X	X
Considerações finais				X
Revisão e ajuste da pesquisa				X
Entrega definitiva				X
Defesa da dissertação				X

Fonte: Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

BANET-WEISER, Sarah. **Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny**. Durham: Duke University Press, 2018.

BARBOSA JR., Ricardo; CASARÕES, Guilherme. **Statecraft under God: Radical Right Populism meets Christian Nationalism in Bolsonaro's Brazil**. Millennium: Journal of International Studies, v. 50, n. 3, p. 669-699, 2022. DOI: 10.1177/03058298221110922.

BINATTI, Débora M. **Transfixação: dos pânicos morais à securitização**. OPEU, 8 out. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/10/08/transfixacao-dos-panicos-moraisa-securitizacao/>. Acesso em: 26 out. 2025.

BIROLI, Flávia. **Anatomia e Desigualdades: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. Acesso em: 5 maio 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Tradução de Mário Antunes Marino e Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. Acesso em: 10 set. 2025.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. **Mobilização da extrema direita**. Revista de Administração Pública (RAP). Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/83154/79010>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CONGRESS GOV. **Title X Family Planning Program**. Disponível em: <https://www.congress.gov/crs-product/IF10051>. Acesso em: 6 nov. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FILIPOVIC, Jill. **The H-Spot: The Feminist Pursuit of Happiness**. New York: Nation Books, 2017.

GINSBURG, Faye D.; RAPP, Rayna (Org.). **Conceiving the New World Order: The Global Politics of Reproduction**. Berkeley: University of California Press, 1995.

GUTTMACHER INSTITUTE. Just the Numbers: **The Impact of US International Family Planning Assistance, 2024**. New York, 2025. Disponível em:

<https://www.guttmacher.org/2025/02/just-numbers-impact-us-international-family-planning-assistance-2024>. Acesso em: 5 nov. 2025.

GUTTMACHER INSTITUTE. **State Policy Trends at Midyear 2025: Reproductive Health and Rights in the Spotlight**. New York, 2025. Disponível em: <https://www.guttmacher.org/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. **Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment**. Disponível em: https://www.cebri.org/media/docs/Guimaraes_Silva_Populism.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025

GUIMARÃES, Marcela. **Trump administrações: ações contra o direito ao aborto e saúde reprodutiva**. Brasil em Folhas, 2025. Disponível em: <https://www1.brasilemfolhas.com.br/2025/02/trump-administracoes-acoes-contra-o-direito-a-o-aborto-e-saude-reprodutiva/>. Acesso em: 5 maio 2025.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. **A “Política da Cidade do México” de Trump ou “Lei da Mordaca Global”**. 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2017/07/10/300934>. Acesso em: 6 nov. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **The Long List of Trump's Harmful Reproductive Rights Restrictions**. 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2025/04/30/long-list-trumps-harmful-reproductive-rights-restrictions>. Acesso em: 6 nov. 2025.

KUHNER, Timothy. **Trump's Democracy: The Truth About America's Political Culture**. Stanford: Stanford University Press, 2020.

LAGO, Amanda M. **A precariedade da vida das mulheres nos EUA e os ecos distópicos de Gilead**. OPEU, 26 de mai. 2025. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2025/05/26/a-precariade-dos-direitos-das-mulheres-nos-eua-e-os-ecos-distopicos-de-gilead/>. Acesso em: 10 dez. 2025

LOPES, Fernanda. **Justiça reprodutiva: um caminho para justiça social e equidade racial e de gênero**. Organicom, 2022. Acesso em: 13 abr. 2025.

NATIONAL WOMEN'S LAW CENTER. **The Trump Administration's First Actions in 2025 Targeting Patients, Providers, and Reproductive Health Care Access**. 25 fev. 2025. Disponível em: <https://nwlc.org/resource/the-trump-administrations-first-actions-in-2025-targeting-patients-providers-and-reproductive-health-care-access/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

NOLEN, Stephanie. **Millions of Women Will Lose Access to Contraception as a Result of Trump Aid Cuts**. The New York Times, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/04/01/health/usaaid-contraception-cuts.html#>. Acesso em: 6 nov. 2025.

OBERMULLER, Diana; SCAPINI, Augusto; INATOMI, Celly Cook. **A anulação de *Roe v. Wade* e o início do fim dos direitos nos EUA**. Informe OPEU, 26 jun. 2022. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2022/06/26/a-anulacao-de-roe-v-wade-e-o-inicio-do-fim-dos-direitos-nos-eua/>. Acesso em: 16 out. 2025.

PANTONY, Ali; WALTERS, Meg; GEVINSKI, Carolyn. **Como um segundo mandato de Donald Trump impactará as mulheres ao redor do mundo**. Glamour – Política e Direitos, 2024. Disponível em: <https://glamour.globo.com/lifestyle/politica-direitos/noticia/2024/11/impacto-donald-trump-mulheres-mundo.ght>. Acesso em: 5 maio 2025.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Tradução Patrícia Zimbres; Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007. Acesso em: 10 set. 2025.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): dinâmicas políticas de consenso e polarização**. Esboços: histórias em contextos globais, v. 24, n. 38, p. 339–359, 4 dez. 2017.

PLANNED PARENTHOOD. **Annual Report 2024–2025**. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.plannedparenthood.org/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

PLANNED PARENTHOOD. **Can you explain what "pro-choice" and "pro-life" means?**. Planned Parenthood, 2 maio 2024. Disponível em: <https://www.plannedparenthood.org/blog/can-you-explain-what-pro-choice-means-and-pro-life-means>. Acesso em: 25 out. 2025.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007.

PRADO, Débora F. M.; FONTANIELLO, I.; ZAMBUZZI, Nathalia S. **O controle de corpos nos Estados Unidos**. OPEU, 2024.

ROSS, Loretta. **Understanding Reproductive Justice**. TRUST BLACK WOMEN, nov. 2006. Disponível em: <https://www.trustblackwomen.org/our-work/what-is-reproductive-justice/9-what-is-reproductive-justice>. Acesso em: 29 out. 2025.

SUPREME COURT OF THE UNITED STATES. **Roe v. Wade**, 410 U.S. 113, 154 (1973).

TEIXEIRA, Tatiana; MENDES, Andressa; OLIVEIRA, Thiago. **Project 2025: plano ultraconservador do futuro governo Trump não é bem recebido pela sociedade**

americana. The Conversation, 11 dez. 2024. Disponível em:

<https://theconversation.com/project-2025-plano-ultraconservador-do-futuro-governo-trump-nao-e-bem-recebido-pela-sociedade-americana-245796>. Acesso em: 25 out. 2025

TRUMP, Donald J. Executive Order 14168: **Defending Women from Gender Ideology Extremism and Restoring Biological Truth to the Federal Government**. 20 jan. 2025.

Disponível

em:

<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/executive-order-14168-defending-women-from-gender-ideology-extremism-and-restoring>. Acesso em: 10 dez. 2025.

UNFPA – United Nations Population Fund. **About us**. Disponível em:

<https://www.unfpa.org/about-us#:~:text=UNFPA%2C%20United%20Nations%20Population%20Fund,across%20more%20than%20150%20countries>. Acesso em: 6 nov. 2025.

UNITED STATES. The White House. **Memorandum for the Secretary of State, the Secretary of Defense, the Secretary of Health and Human Services, the Administrator of the United States for International Development**. Washington, 24 jan. 2025. Disponível

em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/memorandum-for-the-secretary-of-state-the-secretary-of-defense-the-secretary-of-health-and-human-services-the-administrator-of-the-united-states-for-international-development/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

VIDAL, C. F. **O movimento conservador norte-americano da década de 1950 e a percepção conservadora a respeito da sociedade, economia e política externa**. Revista Tomo, n. 23, 2013. DOI: 10.21669/tomo.v0i23.2112. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/2112>. Acesso em: 1 nov. 2025.

WENDLING, Mike. **Projeto 2025: a lista de desejos da direita para o novo governo Trump**. BBC News Brasil, 5 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmm21zgvd3jo>. Acesso em: 27 out. 2025.